

O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865¹

Mário Maestri²

Resumo:

O artigo aborda a evolução e metamorfose do confronto *simétrico* entre o governo paraguaio e argentino mitrista, em torno da autonomia do Uruguai e de Montevideu, em conflito diplomático e a seguir militar claramente *assimétrico* com o poderoso Império do Brasil. Discute criticamente a proposta e rejeição pelo Paraguai da aliança e do plano de guerra do governo oriental. Avalia os eventuais planos de guerra paraguaios e suas contradições essenciais.

Palavras chave:

1. Bacia do Prata; 2. Guerra do Paraguai; 3. Plano de guerra

Buenos Aires exercia pressão territorial, comercial e neocolonial sobre o Paraguai, quanto às fronteiras, ao comércio, à independência nacional. Igualmente procedia o Império do Brasil, no referente às fronteiras e à navegação paraguaia. A política de exteriorização comercial e de restauração da hegemonia dos segmentos sociais mercantis e exportadores, com destaque para estancieiros, plantadores e comerciantes, promovida pelo lopizmo [1842-1870], em relação ao período francista [1814-1840], necessitava de livre acesso ao mercado mundial através do rio da Prata. Em inícios de 1860, a liberdade comercial e a autonomia paraguaia dependiam da independência do porto de Montevideu, em relação a Buenos Aires e ao Império.³

Após a vitória na batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861, o presidente argentino Bartolomé Mitre [1821-1906] apoiou a intervenção no Uruguai do principal caudilho colorado, Venancio Flores [1808-1868], até então oficial nos exércitos portenhos. A *Cruzada Libertadora* florista tinha como principal base social os

¹ Comunicação apresentada ao Quarto Encontro Internacional de História sobre a Guerra da Tríplice Aliança, Corrientes, Argentina, 8-10 de novembro de 2012. Agradecemos a leitura do texto pela lingüista Florence Carboni, do curso de Letras da UFRGS.

² Mário Maestri, 64, é doutor em Ciências Históricas pela UCL, Bélgica, e professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. E-mail: maestri@via-rs.et.

³ Cf. CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López: Vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955; WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en America: Paraguay (1810-1840)*. 2 ed. Asunción: Carlos Schauman, 1989.

estancieiros escravistas sul-rio-grandenses estabelecidos ao norte do rio Negro.⁴ O apoio de Mitre ao ex-presidente oriental buscava espedaçar o *bloco* autonomista informal constituído pelo partido Blanco uruguaio, no governo; pelos federalistas argentinos, derrotados em Pavón; e pelo governo paraguaio. Ao iniciar sua sublevação, Venancio Flores lançou duas proclamações: uma em espanhol, aos nativos da terra, outra em português, aos verdadeiros senhores daquela região.

De 24 de maio de 1862 a 15 de janeiro de 1864, por decisão imperial, o governo do Império coube aos progressistas, fusão dos conservadores moderados com os liberais. Dirigido por Pedro de Araújo Lima [1793-1870], o marquês de Olinda, o gabinete negara-se a intervir no Uruguai, em favor dos *colorados*, ao lado dos criadores sulinos. Havia prevenção contra os estancieiros sulinos que, como farroupilhas, tinham lutado pela secessão da província sulina. O governo imperial temia que, sob o tacão de Venancio Flores, o Uruguai passasse a orbitar Buenos Aires, seu tradicional concorrente na bacia do Prata. Diante das sucessivas denúncias do governo oriental, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, ministro de negócios estrangeiros do Império, condenou o intervencionismo nas questões internas do Uruguai e determinou o castigo dos estancieiros sulinos responsáveis.⁵

No seu *Relatório*, de 1863, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província do Rio Grande do Sul, declarou: “Procrastina-se indefinidamente o termo da desastrosa luta que flagela a República Oriental [...]. Esta situação agrava-se com o procedimento condenável de alguns brasileiros irrefletidos que, desconhecendo seus próprios interesses e os do seu país, obstinam-se em intervir ativamente na guerra civil da República vizinha, prestando apoio e concurso à causa da rebelião, a despeito da política de neutralidade e abstenção proclamada pelo Império [...]”⁶

Barros Pimentel exigia a interrupção daqueles atos ilegais e ameaçava os promotores com o rigor das penas de lei: “É de maior urgência que os nossos compatriotas se abstenham de tomar parte na luta que dilacera os nossos vizinhos e se persuadam do dever e da conviência dessa abstenção, não só para pouparem a si e ao

⁴ Cf. PALERMO, Eduardo Ramón López. *Tierra esclavizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008. [dissertação de mestrado].

⁵ Cf. CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Pp. 404; HERRERA, Luis Alberto de. *El drama del 65: la culpa mitrista*. 2 ed. S.l: Barreiro y Ramos, 1927. p. 291.

⁶ PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. *Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Dr. [...] na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléa Provincial*. Porto Alegre: Correio do Sul, 1894. p.5.

Império perigos e dificuldades, cujo alcance não querem compreender, como para se não tornarem culpados, perante as leis de seu próprio país, cuja vindicta se não fará esperar por muito tempo.”⁷

Grandes e Pequenos

Em 25 de fevereiro de 1862, em um primeiro movimento de aproximação, o diplomata uruguaio Juan José de Herrera [1832-1898] visitou o presidente Carlos Antonio López [1792-1862] em Asunción, para apresentar-lhe a preocupação do governo oriental com a disposição hegemônica da Argentina mitrista e do Império do Brasil. Propôs comércio direto entre Montevideo e Asunción, do interesse paraguaio.⁸ Em 9 de julho de 1863, após a invasão florista do Uruguai, o oriental Octavio Lapido enfatizou em Asunción a necessidade de convergência dos dois países para enfrentarem eventual ataque da Argentina ou do Império. Lembrou a proposta de José Artigas de aliança entre Uruguai, Paraguai, Entre Ríos e Corrientes contra o unitarismo portenho e reafirmou a oferta de facilidades no porto de Montevideú.⁹

O agora presidente Francisco Solano López [1827-1870] não se pronunciou sobre a oferta de aliança defensiva para a conservação do equilíbrio no Prata e para “mutua seguridad de nuestra independencia y soberanía”. A proposta oriental transformaria-se em crescentes pedidos de intervenção direta, já que se mantinham o apoio argentino à revolta florista e a incapacidade oriental de domá-la. Apenas em 4 de setembro de 1863, o governo paraguaio enviou a Buenos Aires pedido de “amistosas explicações” sobre a ingerência argentina nas costas uruguaias, registrando, assim, também sua vontade de manter as boas relações com a Argentina e de mediar o conflito.¹⁰

O governo paraguaio recebeu do governo argentino meras tergiversações e longos silêncios aos pedidos de esclarecimento. Insatisfeito, Francisco Solano López escreveu diretamente a Bartolomé Mitre, com quem mantinha correspondência pessoal. A carta foi levada pelo navio de guerra paraguaio Tacuarí, que permaneceu na baía de Montevideo à espera de resposta. A missiva pedia acordo “amistoso fundado en la

⁷ Id.ib. p.6.

⁸ BOX, P. H. *Los orígenes de la guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Buenos Aires: El Lector, sd. 142.

⁹ BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. [1839-1875] Montevideo: Banda Oriental, 2007. p. 88.

¹⁰ QUELL, H. Sánchez. *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. 3 ed. Buenos Aires: Kraft, 1957. p. 215; HERRERA. *El drama del 65*. Ob.cit. p. 361.

equidad y justicia” entre os dois ribeirinhos do Prata.¹¹ Apesar dos esforços paraguaios de mediação, o governo mitrista seguiu apoiando a revolta e reiterando retoricamente sua neutralidade, discurso também necessário para não galvanizar o federalismo argentino em favor do governo oriental agredido.

As relações com o governo argentino crisparam-se devido à falta de resposta – compreendia-se em Asunción que a vitória colorada significaria a hegemonia do unitarismo portenho sobre as duas margens e sobre a navegação do Prata. Mais tarde, referindo-se à dependência paraguaia de Montevidéu não apenas quanto ao comércio mundial, o intelectual federalista argentino Juan Bautista Alberdi [1810-1884] escreveu: “Montevideo es al Paraguay, por su posición geográfica, lo que el Paraguay es al interior del Brasil: la llave de su comunicación con el mundo exterior. [...] el día que el Brasil llegue a hacerse dueño de este país [Uruguay], el Paraguay podría ya considerarse como colonia brasileña, aún conservando su independencia nominal.”¹²

Fim das Ilusões

Lentamente, as ilusões do governo paraguaio de mediar o confronto desvaneciam-se. Sem resposta efetiva de Buenos Aires, a diplomacia paraguaia notificou as nações com representação em Asunción das suas infrutíferas gestões diplomáticas e da preocupação com os sucessos em curso, já que considerava a “independência perfeita” do Uruguai como “condição de equilíbrio” no Prata.¹³ Como os acordos de 1928 constituíam os governos argentino e imperial *garantes* da independência oriental, o governo blanco voltou-se para o Império, pedindo iniciativa contra o intervencionismo mitrista. Nesse momento, o marquês de Olinda seguia à frente do gabinete *progressista*.

Em 6 de fevereiro de 1864, após dez semanas sem receber respostas às explicações pedidas, o governo paraguaio declarou solenemente junto a Buenos Aires: “En tal circunstancia, lleno el penoso deber de declarar aquí, que colocado mi gobierno en la necesidad de prescindir de las explicaciones amistosas solicitadas de V.E., en adelante atenderá solo a sus propias inspiraciones sobre el alcance de los hechos que pueden comprometer la soberanía e independencia del Estado Oriental, a cuya suerte no

¹¹ ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Hispamérica, 1986. p. 106; LÓPEZ, F. S. *Cartas y proclamas del Mariscal López*. Paraguay: El Lector, 1996. p. 80.

¹² *Apud* O'LEARY, Juan Emiliano. [1879-1969]. *El Mariscal Solano López*. 3 ed. Asunción: Paraguay, 1970. p. 142.

¹³ HERRERA. *El drama del 65*. Ob.cit. p. 363

es permitido ser indiferente, ni por la dignidad nacional, ni por sus propios intereses en el Rio de la Plata.”¹⁴

A declaração livrava a chancelaria paraguaia de travas quanto às medidas que julgasse necessárias para manter o respeito efetivo da independência da República do Uruguai. Diante do prosseguimento da intervenção, uma ação militar contra o governo de Buenos Aires era certamente o mais provável desdobramento da política paraguaia até então seguida. Segundo o coronel inglês George Thompson, oficial nas tropas do Paraguai durante o grande conflito, os preparativos bélicos do país teriam iniciado em inícios de 1864, concomitantemente com a notificação à Argentina.

José Crisóstomo Centurión, membro do círculo próximo de Solano López, registrou que o presidente viajou ao acampamento de Cerro de León, em 10 de fevereiro, onde se encontravam cinco mil dos trinta mil recrutas que se pretendia ali adestrar.¹⁵ Em 15 de abril, o sargento-maior Pedro Duarte foi enviado a Encarnación para reunir “fuerza de 6.000 hombres de las tres armas”, o que teria materializado em maio do mesmo ano.¹⁶ Pelos azares da história, a guerra preparada contra as frágeis forças de Buenos Aires iniciaria com confronto aberto com o poderoso Império do Brasil.

Os Liberais Chegam ao Governo

Após ampla vitória nas eleições de fins de 1863, em 15 de janeiro do ano seguinte, assumiu o gabinete *progressista* de Zacarias de Góes e Vasconcelos [1815-1877], de composição marcadamente liberal. No Rio Grande do Sul, os mais firmes partidários daquela agremiação eram os ricos e poderosos estancieiros do meridião da província e do norte do Uruguai, em geral, ex-farroupilhas. Havia muito que exigiam inutilmente que o Império repetisse a intervenção de 1851-52, recebendo sempre como respostas exigências de neutralidade, ameaças de punição e medidas dissuasórias.

Apenas assumia o novo ministério, o general Antônio de Souza Netto [1803-1866], ex-dirigente farroupilha, chegava à Corte para exigir a intervenção das tropas imperiais no Uruguai. Ele, o general Manuel Luís Osório e o brigadeiro David Canabarro eram importantes lideranças liberais e ricos estancieiros escravistas no

¹⁴ QUELL, H. S. *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. Ob.cit. p. 217.

¹⁵ THOMPSON, George. *La guerra del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2010. p.30.

¹⁶ CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010. pp. 76, 121.

meridiano rio-grandense e no norte do Uruguai.¹⁷ Anos mais tarde, em inícios da República, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto [1836-1912], também prócer liberal, referiu-se àquela viagem: “[...] o Brigadeiro honorário do Exército Antônio de Souza Netto, rio-grandense domiciliado na República [Oriental], [...] expressamente viera solicitar, em nome dos 40 mil compatriotas que lá viviam, a proteção a que tinham direito, contra os males que sofriam, recrudescidos depois da revolta do General Flores, chefe do partido *colorado* [...]”¹⁸

Foi imediata a decisão de satisfazer as reivindicações dos prestigiados correligionários sulinos com uma pronta intervenção no Uruguai, apoiada igualmente pelos conservadores na oposição. Ela também serviria como derivativo político *interno*, após a humilhação do Estado imperial diante das pressões exercidas e intervenção querida pelo embaixador inglês William Douglas Christie [1816-1874]. Em dezembro de 1862, por questões de menor importância, o diplomata britânico obtivera o bloqueio do porto do Rio de Janeiro e a apreensão de navios imperiais por uma divisão da marinha de guerra britânica. A medida causou enorme comoção entre a população livre do Rio de Janeiro e do Império, já que a armada imperial era incapaz de fazer frente aos poderosos navios de guerra ingleses.

Em maio de 1863, o rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra prestigiara a Pedro II [1825-1891] que, sob o calor do conflito diplomático, *trocara as vestes* de soberano sábio pelas de *aguerrido* chefe militar, nem que fosse para avançar declarações e medidas sem grandes decorrências. A governação oriental negava-se a reconduzir os acordos draconianos e anti-nacionais impostos pelo Império em 1851-52, quando da intervenção contra Manuel Oribe/Juan Manuel de Rosas. Chegava portanto ao fim o direito de envio sem ônus de gado do norte uruguaio às charqueadas do Rio Grande.

A repressão das autoridades orientais ao escravismo apenas disfarçado dificultava a gestão das fazendas dos criadores sulinos no setentrão oriental. A denúncia do acordo de devolução de cativos fragilizava a escravidão no Império.¹⁹ A intervenção respondia às necessidades da produção cafeeicultora escravista, que exigia fornecimento abundante de charque e de couros a baixo preço. A produção agrícola-

¹⁷ QUELL, H. S. *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. Ob.cit. pp. 204.

¹⁸ OURO PRETO, Visconde. [Afonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora: subsídios para a história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981. p. 19.

¹⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. (1885-1888). Rio de Janeiro: Brasílica, INL, 1975; MAESTRI, Mario. *A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Passo fundo: 2 ed. UPF, 2011.

pastoril escravista necessitava expandir sua fronteira produtiva, o que, no Sul, dava-se em detrimento do Estado oriental.

Uma vitória sobre o pequeno estado restabeleceria a hegemonia imperial; resgataria os punidores do Império; ampliaria o prestígio do novo gabinete; prestigiaria dom Pedro e a casa imperial. A intervenção desviaria a atenção do movimento emancipacionista-abolicionistas, cada vez mais exigente e organizado.

Novos Ventos, Novos Tempos

Em 5 de abril de 1864, debate apaixonado na câmara dos deputados do Império sobre as *violências* sofridas pelos *brasileiros* no norte do Uruguai obteve o consenso, já acordado pelo novo gabinete liberal, para a intervenção militar naquele país. Quinze dias mais tarde, partia para Montevidéu *missão* dirigida pelo conselheiro José Antônio Saraiva [1823-1895], para apresentar *ultimatum* inexequível ao governo oriental, que abriria o caminho para o envio de expedição militar.²⁰ O caráter apressado e improvisado da missão devia-se à urgência exigida pelos criadores rio-grandenses, fortemente envolvidos na *revolução* florista.

O governo paraguaio impugnara solenemente qualquer intervenção *indireta* de Buenos Aires no Uruguai, como atentado ao equilíbrio entre as nações do Prata, que interessava diretamente o comércio e indiretamente a independência paraguaia. O desdobramento previsível da manutenção da violação da independência do Estado oriental era o conflito militar aberto com o governo mitrista, para o qual o Paraguai iniciara a preparar-se e delineara seu *plano de guerra*. Ou seja, as linhas gerais de atuação no campo de combate para obter a vitória militar e os objetivos políticos delimitados.

Na luta contra a Argentina, o governo paraguaio contava com a aliança do governo oriental, com o apoio eventual do general Justo José de Urquiza [1801-1870] e com a esperada confluência das forças federalistas argentinas provinciais, com destaque para as províncias de Corrientes e Entre Ríos. Tratava-se de conflito factível, com reais possibilidades de vitória, mesmo sem a adesão do caudilho de Entre Ríos, sobretudo devido à fragilidade interna do governo mitrista. Em caso de insucesso diante de Buenos Aires, a operação não teria reflexos estruturais no Paraguai, ao menos imediatamente.

²⁰ CALDEIRA, J. *Mauá [...]*. Ob.cit. p. 392 *et seq.*

Em nota ao trabalho de Louis Schneider sobre a Guerra Grande, a partir do estudo da farta documentação de que dispunha sobre os fatos, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão de Rio Branco [1845-1912], registrou seu ponderado convencimento de que “o ditador não se armava para fazer a guerra ao Brasil. O projeto que alimentava era estender seus domínios para o Sul, conquistando Corrientes; talvez nem isso, mas somente ganhar fama militar e influência nas questões do Rio da Prata”.

²¹ Ou seja, jamais o governo paraguaio pretendia entrar em guerra com o Império do Brasil.

Em 5 abril de 1864, a reorientação liberal da política exterior do Império mudou radicalmente o cenário do conflito em curso na bacia do rio da Prata. Com a disposição explícita da intervenção militar direta no Uruguai, o governo imperial deslocou para segundo plano o combate paraguaio à ingerência mitrista, sob o permanente manto da neutralidade retórica. A posterior convergência entre os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro apresentou equação jamais vivida na região, com conseqüências estruturalmente funestas para a nação paraguaia. A entronização de Venancio Flores na chefia do governo oriental e uma aliança com Buenos Aires propiciavam ao Império do Brasil possibilidade única de resolução militar definitiva das pendências que arrastava com o Paraguai e de emergir como potência hegemônica no Prata.

A Guerra no Horizonte

Havia pouco mais de sete anos, em 1854-55, o Império do Brasil fracassara fragorosamente no envio a Asunción de expedição naval de quinze navios de guerra, 130 canhões e talvez seis mil marinheiros e soldados, sob a direção do almirante Pedro Ferreira de Oliveira, para liberar a navegação do rio Paraguai e impor o reconhecimento das fronteiras reivindicadas pelo Império, através do exercício da *diplomacia da canhoneira*.²²

Desde então, os dirigentes do Estado imperial acreditavam que solucionariam aquelas divergências necessariamente através das armas, que criam favoráveis ao Império, devido à sua superioridade quanto à demografia, à produção e à situação geográfica. Entretanto, uma operação militar contra o Paraguai colocava graves problemas logísticos, como ficara claro quando da malograda expedição naval de 1854-

²¹ SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradense; 2009. p. 122.

²² TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

55. Dificuldades facilmente superadas caso a Argentina e o Uruguai fornecessem a necessária base operacional para as tropas navais e terrestres imperiais.

Plenamente comprometido na exigência de respeito perfeito da autonomia do Uruguai por Buenos Aires, o governo paraguaio viu serem rejeitadas suas tentativas de intermediação dirigidas agora ao governo imperial, que anunciava a iminente intervenção aberta naquela país, caso o governo oriental não aceitasse retornar à situação de semi-protetorado do Império. Em 4 de agosto de 1864, o conselheiro Saraiva apresentou o *ultimatum* imperial.

O ultimato determinava que, se não fossem cumpridas as exigências abusivas e desonrosas apresentadas, em um espaço de seis dias, o Império procederia a retaliações armadas, por terra e por mar. O caráter atabalhado do ultimato ficou registrado na necessidade de que se passassem meses, após esgotado o prazo dado, para que as tropas imperiais estivessem em condições de atravessar a divisa entre os dois países.

Entrementes, em 30 de agosto de 1864, o governo paraguaio protestou solenemente diante das autoridades do Império, reiterando que a invasão do Uruguai era ação “atentatória do equilíbrio dos estados do Prata” e contra os interesses vitais do país. Como as propostas de mediação, a declaração foi ignorada pelo Império, já em sintonia com o governo de Buenos Aires na agressão contra o Uruguai e certamente contra o Paraguai.

Tanto o almirante Joaquim Marques Lisboa, barão e futuro marquês de Tamandaré [1807-1897], como o ministro imperial em Asunción propuseram descartar as advertências paraguaias, desqualificando olímpicamente a capacidade bélica do país. Viana de Lima calculou as forças armadas paraguaias em trinta mil homens, dos quais “14 mil recrutas”, o que na época não estava longe da verdade. Definiu o exército paraguaio como uma “fantasmagoria”, sobretudo devido à “péssima organização” e à “falta absoluta de oficias de alguma capacidade”.²³

Pouco após a entrega do ultimato, Tamandaré, na chefia da divisão naval imperial no Prata, sem autorização expressa do Rio de Janeiro, passou a apoiar militarmente as forças rebeldes coloradas. Em outubro de 1864, tropas imperiais atravessaram a fronteira para participar da conquista das vilas fortificadas de Salto e Paysandú, em aliança com Venancio Flores, sem qualquer declaração de guerra ao Uruguai. No outro

²³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: sua vida, suas opiniões, sua época*. [1857-1866]. 5 ed. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. vol. 2, p. 182.

lado do rio, o general Urquiza mantinha-se em impassível *neutralidade*, assistindo ao massacre de seus ex-aliados.

Entre Cila e Caríbdis

Diante da nova configuração do cenário político, ao governo paraguaio restavam duas grandes saídas. Podia desdizer a ação diplomática desenvolvida em forma aberta em favor do equilíbrio na bacia do rio da Prata e da autonomia oriental, definida como essencial aos destinos do país. Feito isto, retrair-se nos territórios nacionais, já sem o aliado oriental, à espera da eventualidade de que a saída ao mar do país fosse cortada e que o Rio de Janeiro e Buenos Aires intervissem associados, em favor da abertura da navegação do rio Paraguai e de ajuste das respectivas fronteiras em detrimento do Paraguai.

O recuo diante do repto lançado pelo Império e a Argentina mitrista significaria o enfraquecimento e a eventual dissolução do bloco político-social que, após o eclipse da ordem francista, em 1840, levava ao poder e sustentara o *lopizmo* e seu programa de revigoração e exteriorização da produção mercantil, em aceleração desde 1852. Uma eventual interrupção do comércio mundial reviveria os *partidos portenhista* e *imperialista* favoráveis a acordo-subordinação às forças que detivessem a chave do comércio do Prata. Aqueles partidos haviam sido derrotados no início da luta pela independência.

A segunda alternativa, lutar pela garantia da liberdade comercial, no mais do que incerto combate ao Império e à Argentina mitrista, foi abraçada com ardor por Francisco Solano López e, segundo parece, pela imensa maioria do bloco político-social que o sustentava. É porém difícil estimar qual fosse o nível de informação real sobre a conjuntura que se atravessava por parte dos segmentos mais amplos da oligarquia paraguaia. Nas suas memórias, Juan Crisóstomo Centurión [1840-1909], auxiliar próximo ao presidente López, lembrou que, no início da guerra, entre “nosotros era general la creencia de que López contaba con el apoyo y la cooperación del General Urquiza para su campaña contra el Brasil”.²⁴

Foi enorme o apoio à decretação de guerra à Argentina e ao Império entre os oficiais do exército, membros da administração e grandes proprietários paraguaios. A população assuncenha teria participado da empolgação patriótica, com “grandes y

²⁴ CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias* [...].p. 107

ruidosas manifestaciones populares”, encabeçadas pelos “hombres más caracterizados de la sociedad” da capital. No interior do país, a adesão à decisão, pelos segmentos populares que dela não participaram, foi incentivada através dos canais administrativos pelo governo central.²⁵

Da Guerra à Argentina à Guerra ao Brasil

No viés ofensivo ou defensivo, o confronto entre Buenos Aires e o Paraguai constituía um *script* plenamente conhecido. Nesse sentido, nas suas linhas gerais, o plano de guerra paraguaio estava já esboçado. Os combates seriam travados em Corrientes e, a seguir, em Entre Ríos, em aliança com as forças federalistas daquelas provinciais, com possível derrota dos exércitos unitaristas nas vizinhanças de Buenos Aires. A vitória permitiria a consolidação do governo oriental blanco por longos anos, com a entronização dos federalistas na Confederação Argentina ou, o que seria ainda melhor para o Paraguai, com a formação de um novo país pelas províncias argentinas do litoral.

Tudo mais ou menos como ocorrera, em 1852, após a batalha de monte Caseros, e em 1859, com a vitória em Cepeda, sempre em desfavor do governo portenho. Em outubro de 1864, o governo paraguaio oferecera total apoio a Urquiza, caso quisesse levantar “por Banderas la separación de Entre Ríos y Corrientes en un solo Estado”, ou reconstituir a Confederação, com as “13 provincias restantes”.²⁶ O Paraguai emergiria da disputa fortalecido, com o Plata escancarado ao seu comércio, com a ameaça contra sua independência esmagada e as fronteiras acertadas com a Argentina segundo as pretensões paraguaias.

Houvera ensaio geral do confronto entre Asunción e Buenos Aires. Em dezembro de 1845, pouco mais do que adolescente, o coronel-major Francisco Solano López comandara exército paraguaio de seis mil homens, em aliança com Joaquin Maradiaga [1799-1848], governador da província de Corrientes, e com general unitário José Maria Paz, em ofensiva contra Juan Manuel de Rosas [1793-1877] e, na época, seu aliado Justo José de Urquiza, de Entre Ríos.

A coligação dissolvera-se por questões internas e a expedição paraguaia conhecera, em 28 de fevereiro de 1846, em Payubré, tentativa de sublevação de três esquadrões da sua vanguarda, que exigiram o retorno das tropas ao Paraguai, para

²⁵ Id.ib. p. 83.

²⁶ LÓPEZ, F.S. *Cartas y proclamas del Mariscal López*. Ob.cit. p. 96.

consulta a Congresso sobre a oportunidade da operação militar no exterior. A intervenção paraguaia em questão platina rompera com o tradicional isolacionismo da era francista, exigido e apoiado sobretudo pela população camponesa. Francisco Solano López mandara fuzilar os cabeças do movimento, os cabos Buenaventura Céspedes, Mateo Fleitas, Lucas Canteros e Cándido Payva, e as tropas paraguaias recolheram-se ao país praticamente combaterem.²⁷

Em sentido contrário, o Paraguai conheceria invasão unitária argentina, em aliança com os colorados uruguaios, ao longo do rio Paraná e Paraguai, tendo como objetivo Asunción. Uma expedição que seguiria no geral o caminho da invasão portenha que resultara na vitória paraguaia de Paraguarí e na independência da ex-província do vice-reinado do Prata, em 1811.²⁸ Nos dois casos, os oponentes não tinham dificuldades em alcançar, em aliança com as forças uruguaias e provinciais entrerrianas e correntinas, o coração vital do inimigo. Ou seja, os *centros de potência* na história militar crítica –, respectivamente, Buenos Aires e Asunción.²⁹

Devido à forte contradição entre Buenos Aires e as províncias do Interior e do Litoral, o embate entre a Argentina mitrista e o Paraguai constituía no geral um conflito simétrico, de rápida resolução, envolvendo forças demográficas, econômicas e sociais equivalentes. Ele seria possivelmente favorável ao Paraguai, devido à unidade nacional do país, diante de inimigo debilitado por fortes dissensões internas. Ao contrário, o confronto entre o Brasil e o Paraguai constituía-se de embate fortemente assimétrico, claramente favorável ao Império. Sobretudo para o Paraguai, ele colocava questões jamais enfrentadas e, algumas delas, possivelmente insolúveis.

Flagrante Dissimetria

A desproporção de forças era flagrante. Em 1864, o Paraguai possuía, quanto muito, meio milhão de habitantes; o Império, em torno de 10.250.000, ainda que mais de um milhão fossem trabalhadores escravizados.³⁰ A população paraguaia era

²⁷ CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López*. Ob.cit. p. 109.

²⁸ RENGGER, J.R. “Ensayo histórico sobre la revolución del Paraguay”. RENGGER; CARLYLE; DEMERSAY. *El doctor Francia*. Asunción: El Lector, 1987. p. 277; TAJIMA, Hisatoshi. *Historia del Paraguay del Siglo XIX : 1811-1870*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1988. p. 57.

²⁹ LIMA, Flamarión Barreto. *Guerra do Paraguai*. S.l.: Departamento de Imprensa Nacional, 1969. p. 20 *et seq.*

³⁰ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos [...]*. Ob. cit.; WHITE, R. A. *La primera revolución [...]*. Ob.cit. p. 140.

possivelmente apenas superior à da província do Rio Grande do Sul que forneceria mais de 35% dos pouco mais de cem mil voluntários da pátria que teriam partido para a guerra, se descontarmos os que se mantiveram na província do Mato Grosso e pouco participaram dos combates.

Mitigava o desequilíbrio demográfico apenas o fato de que o Paraguai era sociedade nacional centralizada com a possibilidade de mobilizar rapidamente a população masculina. Enquanto que o Brasil, de organização e conformação semi ou pré-nacional, necessitava de maior tempo e de enorme esforço para mobilizar *parte* da população livre. Mesmo assim, apenas as forças da ativa da Guarda Nacional perfaziam quase meio milhão de soldados e, somadas às da reserva, quase um milhão – talvez duas vezes a população paraguaia! Em 1860, os rio-grandenses qualificados como guardas nacionais chegavam a quase 38 mil homens!³¹

A dissimetria estendia-se ao acesso ao mercado internacional de manufaturados, de capitais e de armas, do qual o Paraguai encontrava-se quase totalmente excluído, em caso de guerra, nem que fosse pela superioridade absoluta da marinha de guerra imperial. Durante o conflito, o Paraguai teria recebido apenas algumas poucas armas, através da fronteira boliviana. Nos seus melhores momentos, esse país possuiu apenas um arremedo de esquadra de guerra, constituída pelos navios de guerra Taquarí, pela canhoneira Anhabaí, apreendida ao Império, e por alguns navios civis a vapor artilhados e precariamente reforçados, frágeis aos confrontos navais, como ficaria comprovado na batalha de Riachuelo.³²

Talvez a maior dissimetria se apresentasse na diferente possibilidade dos dois países de alcançarem os respectivos centros nevrálgicos. O que era necessário para impor-se pelas armas ao adversário, caso se tratasse de uma guerra geral. Ou seja, livrada com o objetivo da rendição incondicional do inimigo. Para o Império, bastava enviar suas tropas pelo rio Paraná para chegar a Três Bocas e ingressar no rio Paraguai, em direção a Asunción e dos territórios paraguaios centrais. Como os acordos de livre

³¹ LEÃO, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª. Sessão da 9ª. Legislatura pelo [...]*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1860. p. 16; RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço nos Chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul. (1825-1845)*. Santa Maria: EdiUFSM, 2005; CASTRO, Jeanne B. de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional. De 1831 a 1850*. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1977.

³² OURO PRETO. *A marinha d'outrora*. Ob.cit. p. 31; FRAGOSO, Gel. Augusto Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 2, p. 50.

navegação entre a Argentina e o Brasil permitiam a livre passagem de navios de guerra imperiais, ao igual do que ocorrera em 1854-55, a principal dificuldade para as forças invasoras seria o forte de Humaitá, que se mostrou incapaz de pôr passo aos novos encouraçados e poderia, sempre, ser contornado.

Ao contrário, as forças armadas paraguaias encontravam-se na total impossibilidade de atingir o Rio de Janeiro e as regiões econômicas centrais do Império, nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. A ocupação e manutenção da totalidade ou de grande parte do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, o que era bastante improvável, não causaria seqüelas determinantes ao Império, como comprovavam os dez anos de separação da província sulina do Brasil. O Império seguiria arregimentando e enviando exércitos para combater as forças inimigas no sul do país. Algo que sugere que o *plano de guerra* paraguaio previsse uma vitória acachapante sobre as tropas argentino-coloradas e uma *paz negociada* com o Império.

Era plenamente sabido que, para apoiar militarmente o aliado oriental ou causar danos militares e econômicos imediatos ao sul do Império, as tropas paraguaias deviam cruzar o território argentino. Portanto, deviam receber a licença de governo inamistoso comandado por Bartolomé Mitre, que esperava ansioso a *invasão* dos territórios nacionais pelas tropas paraguaias para unificar, pelo convencimento e pela força, a população do país contra *agressão* do território nacional argentino pela *província rebelde paraguaia*.

O Plano de Guerra Uruguaio

Em 28 de outubro de 1864, quando o Império já violava a fronteira uruguaia, o chanceler oriental José Vazques Sagastume enviava a José Bergés, seu homólogo paraguaio, proposta de “plano de guerra” conjunto para o Uruguai e o Paraguai, para combate ao Império e à Argentina mitrista. Na correspondência, declara a impossibilidade oriental de qualquer ofensiva e a necessidade de se manter na defesa de pontos chaves do país, à espera do apoio paraguaio, que tardava a chegar. Naquele então, o Paraguai ainda não se decidira a proceder contra o Império.

Lembrava Sagastume que uma intervenção paraguaia contra o Império estava justificada pela solene nota-protesto de 30 de agosto de 1864, sucessiva ao *ultimatum* apresentado por Saraiva, no início daquele mês. Devido à intervenção imperial, ficavam abertas as possibilidades de associação entre os dois países, por tratado que pactuasse “aliança ofensivo-defensiva” ou pedido do governo oriental de ajuda militar. O governo

paraguaio mantivera durante a crise preocupação obsessiva com o respeito das praxes diplomáticas.

O chanceler oriental propôs a falta de unidade no parlamento imperial sobre a intervenção no Uruguai, afirmando que ela se fortaleceria com a intervenção paraguaia, proposta e raciocínios fantasiosos. A união do Paraguai e Uruguai poderia “ameaçar a própria estabilidade do Império”, outra previsão irrealista, compreensível pela necessidade de *convencer* o governo paraguaio a intervir no confronto, a última esperança de sobrevivência da autonomia oriental.

Quanto às forças armadas, Sagastume lembrava que o Império formava exército de oito mil homens para invadir o Uruguai e que teria dificuldade de aumentá-lo para dezesseis mil homens, devido às necessidades da defesa da fronteira do Rio Grande. Propôs a dificuldade de transferência de tropas das demais províncias, vista a necessidade de mantê-las “no respeito ao regime”. O Brasil não poderia colocar em batalha exércitos superiores aos de que dispunha o Paraguai. Portanto, minimizava as capacidades de mobilização do Império.

Chamava a atenção para questão social que facilitaria a vitória oriental-paraguaia: “Há, além disso, no Rio Grande e noutras província do Império, um elemento poderoso que pode fazer-se valer em seu prejuízo. A *escravatura liberta sob a proteção das armas republicanas* deve ser naturalmente um inimigo dos seus opressores.” O governo blanco pretendia transformar a guerra de defesa nacional, livrada no Uruguai, em guerra social, no interior do Império.

Estabilidade Imperial

A avaliação de Sagastume sobre as tendências centrífugas provinciais era correta para o período regencial, que se encerrara havia mais de vinte anos, com a derrota dos movimentos liberais e a consolidação do centralismo imperial sustentado pela expansão da cafeicultura escravista.

O escravismo era *handicap negativo* indiscutível do Império, caso houvesse aproveitamento efetivo. Temos dados sobre a tentativa oriental de insurrecionar a escravaria de parte do meridiano rio-grandense, coração da produção escravista provincial.³³ Além de certo nível, a proposta era inaceitável ao governo e às classes

³³ MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Agitações, Insubordinações e Conspirações Servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Dossiê História e Africanidades, Revista Sæculum, PPGH Universidade Federal da Paraíba, n° 25, jul./dez. 2011, pp. 61-76.

dominantes do Paraguai, onde vigia a escravidão, ainda que sob forma de exploração subordinada e sobretudo doméstica.³⁴

Errava fortemente Sagastume ao propor a capacidade da “*opinião pública*” argentina, sobretudo federalista, de deter “reclamação ou disposição governamental” mitrista em “favorecer de qualquer modo os interesses do Império”, no caso de “*violação do território para o trânsito inocente*” das “*forças paraguaias, através da província de Corrientes para chegar ao Brasil*”. Parte da população de Corrientes e de Entre Ríos apoiou a cruzada mitrista, mais aderiu muito fracamente às forças paraguaias.

O político e diplomata oriental errava também na proposta de que o “*assentimento do governador* da província de Corrientes” para aquela travessia inocente, que jamais se materializou, tiraria razão ao governo central argentino, impedindo que tivesse força “suficiente para conduzir as armas argentinas a fraternizar com o Império”.

Para Sagastume, no decorrer da guerra, as repúblicas platinas se unificariam, devido ao “caráter e tendências do Império do Brasil”. Por sua vez, o general Urquiza, que temeria o fácil acesso das forças portenhas e imperiais à província de Entre Ríos, abandonaria a indecisão e se aliaria à aliança oriental-paraguaia, ao ver a intervenção poderosa do Paraguai e o Império ocupado na luta no Uruguai. Prognóstico também desmentido pelos fatos.

Em 26 de janeiro de 1865, nove dias após a rejeição do pedido paraguaio ao governo argentino, Justo José Urquiza escrevia a Solano López conclamando-o a evitar qualquer ato que permitisse ao governo mitrista abandonar sua *neutralidade*.³⁵ Em inícios de fevereiro, mandou representante a Asunción para demover Solano López da passagem por território argentino.³⁶ A seguir, mudando de trincheira, tentou, sem sucesso, subir ao trem da Tríplice Aliança que via como vencedor. Em 11 de abril de 1870, apenas findara a guerra, pagaria com a própria vida a traição ao federalismo.

Sagastume conclui sua avaliação otimista do cenário do Prata propondo: “De qualquer modo, *com* o general Urquiza ou *sem* ele, as vantagens que na arte da guerra podem constituir fundadas probabilidades de triunfo *estão com o Paraguai* assim como estão com ele a honra e a glória e estará o apreço do povo e o aplauso da história.”

³⁴ Cf. PLA. Josefina, *Hermano Negro: La esclavitud en el Paraguay*. España: Paraninfo, 1972.

³⁵ LÓPEZ, Francisco Solano. *Cartas y proclamas del Mariscal López*. Paraguay: El Lector, 1996. p. 107.

³⁶ FRAGOSO, A. T. *História da Guerra [...]*. Ob.cit., Vol. 2, p. 20.

Plano de Guerra

Na visão do governo oriental, a guerra seria mais ou menos rápida, segundo fossem “mais ou menos eficazes e importantes os esforços” que o Paraguai e o Uruguai desenvolvessem “conjuntamente”. Naquele momento, os orientais dispunham de tropas para “*conter e até bater*” os seis a oito mil soldados floristas. Porém, era previsto o ataque maciço das forças imperiais ao norte do rio Negro, com a conquista do departamento de Cerro Largo e das vilas fortificadas de Salto e Paysandú, isoladas. O controle *do norte* uruguaio pelo Império permitiria que as tropas de Venancio Flores agissem livres ao *sul* do rio Negro.

Devido a isso, propunha-se o abandono daquelas posições na Banda Norte do Uruguai e a concentração dos oito mil soldados orientais fiéis na defesa de Montevideú, à espera da chegada das tropas paraguaias. No caso de que o governo paraguaio enviasse de dois a quatro mil homens para a defesa da capital, as tropas governamentais poderiam “*manobrar com vantagem contra Flores ao sul do rio Negro e aproveitariam qualquer oportunidade para bater as forças de linha do Império*”, ao norte daquele afluente. Os uriguaios, realistas, reconheciam não ter tropas suficientes para defender a capital e lutar no interior do país, ao mesmo tempo.

Sagastume lembrava que o envio de um destacamento paraguaio, através do rio Paraná, para a capital oriental, era facilitado pela impossibilidade da esquadra imperial de visitar, sem realizar um ato de guerra, os navios paraguaios, em exercício de legítimo direito de viagem ao porto de Montevideú. Se não pudessem retornar ao Paraguai, os navios ficariam naquele porto, como auxílio naval, ou seriam comprados, arrendados, etc. pelo governo uruguaio. No documento, o governo oriental pedia empréstimo financeiro ao Paraguai.

Pediam portanto o envio de destacamento paraguaio por mar para a defesa de Montevideú, que permitisse ao governo oriental fustigar as tropas coloradas e imperiais, até a chegada, por terra, dos exércitos paraguaios. Então, estes últimos atacariam os exércitos brasileiros pelo norte, que seriam combatidos, desde o sul, pelas tropas brancas. Sagastume conclamava o governo paraguaio a uma intervenção imediata, já que, em apenas um mês mais, “só Deus” saberia “a natureza dos acontecimentos” que se apresentariam. Lembrava que, se o governo oriental fosse subjugado, maiores seriam “as dificuldades para o Paraguai”.

O Uruguai Abandonado

Foi paradoxal a resposta ao desesperado pedido oriental de ajuda. O governo paraguaio procrastinou qualquer intervenção, propondo que o cenário não se modificara, ainda, com intervenção efetiva do Império no Uruguai. Sem ela, era ilícita ação militar, “sem incorrer na pecha de precipitação ou inconveniência”. Primeiro, necessitava de uma “*participação oficial* do governo uraguaio de que *as forças brasileiras*” realmente haviam invadido o seu território. Descartava o envio de tropas para a defesa de Montevideú, pois, para tal, seriam necessários, no mínimo, vinte navios para transportar quatro mil soldados. Uma tal expedição seria possivelmente hostilizada pela marinha imperial e na passagem da ilha de Martin Garcia, dominada pela Argentina.

Lembrava que, se os navios chegassem a Montevideú, não poderiam retornar, ficando o Paraguai privado de sua marinha de guerra “para seus meios de defesa e movimentos fluviais, inabilitando-se para toda ação efetiva contra o Brasil”. A falta da marinha de guerra deixaria em “aberto o seu litoral aos insultos do inimigo”. Destacava que o governo uraguaio não poderia comprar ou arrendar os navios, já que pedia subsídio mensal, também rejeitado, dadas às necessidades que o Paraguai enfrentaria na próxima guerra. Segundo a ótica paraguaia, tratava-se de um conflito no qual o Uruguai *pouco poderia contribuir*, “em vista da sua *posição interna*”, ou seja, de país assolado e dividido pela guerra.

O governo paraguaio lembrou que a “posição isolada” em que ele se encontrava na “questão oriental” não era sua “obra”. Não lhe cabia, portanto, “*nenhuma responsabilidade se a situação*” daquele país piorava “com a invasão brasileira”, que se dizia já “ter sido realizada”. A carta terminava propondo que o “governo paraguaio” continuaria “no programa de sua política e nas conseqüências de seu protesto de 30 de agosto”, cabendo ao governo oriental, como Estado independente, caso lhe interessasse, solicitar ajuda militar.³⁷

É difícil interpretar a declaração do governo paraguaio, literalmente abandonando a sua sorte o governo oriental. Ela não nascia de pretensão de recuo no relativo à política no Prata. Eram claras as referências à próxima guerra e às “conseqüências” do “protesto de 30 de agosto” de 1864, diante do governo imperial. A resposta registrava indiscutivelmente a desconsideração com a possível contribuição das

³⁷ Id.ib. p. 213.

forças orientais brancas para o “plano de guerra” paraguaio, visão que se materializaria nas suas sucessivas ações militares na região.

Ao comentar a entrega de Montevidéu, em 20 de fevereiro de 1865, sem luta, pelo governo blanco, já sem esperanças nos “auxilios o protecciones que esperaba del Gobierno paraguay”, Juan Crisóstomo Centurión lembrou que o Paraguai jamais estabelecera pacto com o partido oriental. Assinalou que o governo do país rechaçara “las proposiciones del Ministro Oriental Sr. Sagastume para hacer una alianza ofensiva y defensiva contra el gobierno argentino”. Teria procedido daquele modo para não “coartar su libertad de acción por ningún convenio” com aquela nação.³⁸

Plano de Guerra do Paraguai

Não sabemos se os objetivos militares estratégicos paraguaios foram registrados documentalmente. Anotando as *Memórias* de Juan Crisóstomo Centurión, o major Gonzáles propôs o desconhecimento de documentos sobre “el plan del Mariscal” que revelem seus “objetivos” e “idea estratégica”. O major acreditava que sequer Robles e Estigarribia estivessem “al tanto de la idea estratégica del Mariscal”.³⁹ Durante a Guerra Grande, o Paraguai jamais teve algo semelhante a um Estado Maior propriamente dito, constituindo apenas “mayorias”, junto ao *Mariscal* e nos exércitos expedicionários, reunindo os oficiais de maior grau.

O desconhecimento de tal documentação, caso tenha existido, coloca-nos difíceis questões, pois sequer o desdobramento dos sucessos permite-nos definir com segurança o “plano de guerra” paraguaio em 1864-5. Em geral, as operações bélicas entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foram desmembradas em cinco campanhas: a campanha do Mato Grosso; do Prata (Rio Grande do Sul e Corrientes); de Humaitá; de Pikysry e da Cordilheira.⁴⁰

Parece-nos mais correto dividir aqueles sucessos em dois grandes movimentos, de características e conteúdos diversos: a *guerra ofensiva*, lutada no Mato Grosso e no Prata, e a *guerra defensiva*, travada em território paraguaio. O plano inicial de guerra paraguaio teria sido delineado para o movimento ofensivo, por Solano López, não sabemos em que grau apoiado em seus mais próximos auxiliares. Discutiremos essa questão a partir sobretudo da visão dos militares-historiadores Tasso Fragoso, Luiz

³⁸ CENTURION, J. C. *Memorias* [...]. Ob.cit. p. 83.

³⁹ Id.ib. p. 123.

⁴⁰ O'LEARY. *El Mariscal Solano López*. Ob.cit.175 et seq.

Flamarión Barreto Lima e Antonio E. Gonzáles, que anotou a edição de 1948 das memórias de Juan Crisóstomo Centurion.⁴¹

O primeiro grande movimento militar paraguaio não se deu, como pedido pelo governo oriental, com transferência de tropas para a defesa de Montevidéu ou com o envio acelerado de expedição em socorro da capital oriental. Foi assinalado que o Uruguai não era preocupação tático-estratégica paraguaia. Em 15 de dezembro de 1864, a ofensiva dirigiu-se em sentido contrário, para o norte, para ocupar militarmente o Mato Grosso, o que foi feito rapidamente, devido à forte defecção das tropas imperiais que se seguiu ao inesperado abandono do forte de Coimbra.

Tasso Fragoso espantou-se, do ponto de vista militar, com tal opção: “Surpreende à primeira vista se houvesse voltado preliminarmente para a província de Mato Grosso. Os orientais clamavam com insistência pelo seu auxílio, e viam nele a sua única salvação; nós [sic] estávamos com nossa força dentro do território uruguaio e de Mato Grosso não lhe poderia vir [a Solano López] nenhuma ameaça de gravidade, atento o estado de abandono em que se encontrava a sua defesa e o seu afastamento considerável da capital do Império.” “Pode-se dizer que havia segurança na fronteira setentrional do Paraguai [...]”

Continua o general Tasso Fragoso, tido como pai da historiografia militar crítica no Brasil: “López sabe de tudo isso, sabe que, quando muito, apenas logrará conservar por algum tempo parte da província brasileira e que isso não imporá o desenlace da guerra. Nada obstante, é por aí que prelude a luta com o Brasil.” O general brasileiro apontou a sanha de López de conquista territoriais como a grande razão de escolha que define como esdrúxula. Por isso, teria distraído “uma parte de suas forças”, em detrimento da “operação fundamental” que empreenderia “depois no rumo oposto”, a invasão de Corrientes e do Rio Grande do Sul.⁴²

As Razões da Invasão

Por sua vez, ao se referir à campanha do Mato Grosso, o historiador e ideólogo paraguaio Juan Emiliano O’Leary afirmava, sem se referir à demora que causou à expedição em direção do sul: “Considerando que no era prudente dejar a nuestra espalda los elementos bélicos acumulados desde muchos años atrás en Mato Grosso, decidíó

⁴¹ LIMA, F. B. *Guerra do Paraguai*. Ob.cit.; FRAGOSO, A.T. *História da Guerra [...]*. Vol. I e II; CENTURION, J.C. *Memorias [...]*;

⁴² FRAGOSO. *História da Guerra [...]*. Ob.cit. p. 219, vol. I.

[Solano López] empezar por allí la guerra, para eliminar, desde ya, aquel peligro.”⁴³ Havia grandes depósitos de armas no Mato Grosso, não existindo porém população e infra-estruturas capazes de sustentar invasão imperial por aquela região.

Além da conquista de territórios a serem reivindicados quando das negociações de paz e de proteger o norte paraguaio, a expedição buscava arrebanhar animais vacuns e cavaleiros abundantes na região para a alimentação das tropas e da cavalaria paraguaias. O que, entretanto, não se realizaria plenamente. A retirada dos gados do sul do Mato Grosso teria sido materializada parcialmente, devido à “peste das cadeiras”, ou “trypanosomiase equina, doença fatal que” dizimou a “cavalhada” da região, dificultando a locomoção dos rebanhos bovinos.⁴⁴

A expedição paraguaia obteve igualmente no sul do Mato Grosso farto armamento ali armazenado, no que se refere à pólvora, fuzis, pistolas, espadas, canhões, etc. Ela permitiu a captura da canhoneira Anhambaí e de outros barcos imperiais que passaram a integrar a frágil marinha de guerra paraguaia. A fácil vitória paraguaia fortaleceu o moral das tropas e da população e a opinião sobre a escassa belicosidade do soldado imperial.

A conquista do sul do Mato Grosso certamente consolidou o apoio à guerra entre importantes setores da população. José Crisóstomo Centurión registra em suas memórias o sentimento entre a população que fora se despedir da expedição naval dirigida àquela província, que certamente era também o seu. “Se leía en el semblante de cada ciudadano y de cada soldado, no solo la satisfacción, sino la plena confianza y seguridad de que estaban poseídos respecto el éxito de aquella expedición, acariciando la idea de que muy en breve Matto-Grosso estaría bajo el dominio del Paraguay, corrigiéndose así el error que cometieron nuestros antepasados permitiendo que los portugueses se estableciesen en aquella rica provincia”.⁴⁵

Grave Erro Estratégico

Era razoável a perplexidade de Tasso Fragoso. Não havia ameaça real nortista ao Paraguai, devido à escassa população livre da região. A conquista territorial foi transitória e sem maior consequência militar. Jamais o governo do Brasil esforçou-se

⁴³ Id.ib. p. 153.

⁴⁴ ESSELIN, Paulo Marcos. A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense. MAESTRI, Mario. *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. Pp. 332.

⁴⁵ CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. p. 90.

em recuperar aqueles territórios, à exceção da expedição, sobretudo *propagandística*, que terminou na desastrosa Retirada da Laguna.⁴⁶ Em 1867, o sul do Mato Grosso foi abandonado pelas escassas tropas de ocupação paraguaias devido às necessidades da defesa do país diante dos exércitos aliancistas que marchavam para Asunción, seguindo a tradicional rota ao longo do rio Paraguai.

A conquista do sul do Mato Grosso apresentou à opinião pública do Prata e mundial o esforço militar paraguaio como operação visando sobretudo a conquista territorial – e não a defesa da nação oriental agredida. Ela facilitou a galvanização retórica guerreira imperial sobretudo dos extratos superiores e médios livres do Brasil. Não se trataria de intervencionismo militar no Prata, que contribuía no passado à queda do Primeiro Reinado! Os *brasileiros* se mobilizariam para defender o território nacional invadido *vilmente* pelos exércitos paraguaios.

Sobretudo, a conquista temporária do sul do Mato Grosso retardou em meses a marcha paraguaia para o sul, realizada, apenas em 13-14 de abril de 1865, oito meses após o ultimato do Império ao governo oriental. Então, fazia já quase dois meses que, após as quedas de Salto e sobretudo de Paysandú [2 de janeiro de 1865], previstas pelo governo oriental, os derradeiros combatentes blancos entregaram Montevidéu, sem luta, às tropas imperiais, em 20 de fevereiro de 1865. Naquele momento, desacreditariam totalmente na chegada da pedida, esperada e negada ajuda paraguaia.

A queda de Montevidéu desorganizou as forças blancas no Uruguai e deprimiu a moral federalista argentina, sobretudo em Entre Ríos e Corrientes. O erro de orientação do plano de guerra paraguaio teria comprovação no reconhecimento por Dias Viera, no início do conflito, da impossibilidade de combater ao Paraguai e ao Uruguai associados. “Façam os paraguaios o que quiserem, não podendo batê-los ao mesmo tempo que os *blancos* de Montevidéu, só havemos de tratar séria e exclusivamente daqueles depois de desembarçados do Uruguai.”⁴⁷ Com a derrota *blanca*, o Paraguai defrontou-se isolado com os exércitos do Império, da Argentina mitrista e do Uruguai florista.

Sobre o plano de guerra paraguaio, Juan Emiliano O’Leary propôs: “Su plan [de Solano López] era dirigir-se resueltamente al Uruguay al frente de un poderoso ejército, para salvar al Gobierno de Montevideo, aliar-se después con el y llevar la guerra al Brasil, contando con la prometida cooperación de Urquiza y con la manifiesta buena

⁴⁶ TAUNAY, Alfredo d’ E. [1843-1899] *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. Traduzida da 3 ed. francesa por B.T. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

⁴⁷ NABUCO, J. *Um estadista do Império* [...]. Ob.cit. p. 188.

voluntad de las provincias argentinas.”⁴⁸ Vimos que, ao contrário do proposto pelo historiador paraguaio, houve clara despreocupação com a sorte da resistência oriental, que não foi apoiada por tropas ou recursos.

Quando, em 14 de abril, o grosso das tropas paraguaias desembarcou e ocupou a cidade de Corrientes, não mais havia governo blanco em Montevideu e no Uruguai para ser salvo e em quem se apoiar. E as tropas paraguaias progrediram em direção ao sul, com extrema lentidão e não “resueltamente”, sem tomarem jamais claramente o caminho de Montevideu e do Uruguai. Quanto a Urquiza, como assinalado, Solano López fora informado por carta e por enviado pessoal do caudilho entrerriano que ele não interviria ao lado do Paraguai.

Em Direção ao Sul

Após a conclusão vitoriosa do primeiro movimento em direção ao sul do Mato Grosso, com o retorno do grosso das tropas expedicionárias do norte, o comando militar avançou seu plano de guerra dividindo forças as paraguaias em duas divisões expedicionárias. O *ejército principal*, com de 25 a 30 mil homens, concentrado em Humaitá-Passo da Pátria, e um *ejército secundário*, de uns 10.500 soldados, igualmente das três armas – infantaria, cavalaria, artilharia.

A divisão principal era comandada por Wenceslao Robles, o único general do *ejército paraguaio* antes do conflito, secundado pelo coronel Francisco Isidoro Resquín. Após ocupar Corrientes, em 14 de abril, a expedição seguiu em direção ao sul, ao longo do rio Paraná. Ela teria como objetivo conquistar a província de Corrientes e obter a adesão dos federalistas correntinos e entrerrianos. Essa divisão avançou até Goya, onde interrompeu sua marcha, sob ordens expressas do comando supremo paraguaio.

Vinte dias mais tarde, de Itapua/Incaración, partia *ejército secundário*, de 10.500 homens, comandada pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, secundado pelo major Pedro Duarte. Ele marchou para a vila de São Tomé, nas margens do rio Uruguai, de onde invadiu o Rio Grande do Sul, em 10 de junho, através do passo de São Borja, conquistando a seguir a vila homônima. A coluna pretendia a conquista de Itaquí, costeando o grande rio, acompanhada por coluna menor, na outra margem, comandada pelo major Duarte. Em Itaquí, colocaria-se na mesma altura da coluna principal, comandada por Robles.

⁴⁸ O'LEARY, J. E. *El Mariscal Solano Lopez*. Ob.cit. p. 155.

A invasão do Rio Grande em São Borja iniciava o ataque ao Brasil em região de significativa povoação guarani e importantes manadas de gado vacum e cavalariças, transportadas para o Paraguai. Ela teria como *objetivo tático* a destruição das forças de defesa da fronteira oeste, sob o comando geral do brigadeiro David Canabarro [1796-1867] e do comandante de armas da província sulina, o tenente-general João Frederico Caldwell.

Opiniões Divergentes

Divergem as opiniões sobre os objetivos tático-estratégicos dos dois exércitos. O general brasileiro Flamarión Barreto Lima acreditava que o objetivo *lógico* do exército secundário de Estigarribia/Duarte seria conquistar Itaqui, Uruguaiana e talvez Salto e Paysandu. Assim, atrairia parte das forças imperiais aquarteladas no Uruguai, com destaque para as tropas sob o comando do general Manuel Luiz Osório.

Segundo Barreto Lima, um dos objetivos centrais do plano de guerra paraguaio seria a junção com as forças blancas dispersas. No norte do Uruguai, o exército Estigarribia-Duarte acolheria o que sobrasse daquelas forças e promoveria rebeliões de cativos nas estâncias ao norte do rio Negro e no meridiano rio-grandense. O objetivo da coluna seria facilitar a progressão do *exército principal*, destinado a destruir as forças aliancistas em reunião em Concordia, pequeno povoado sobre o rio Uruguai em Entre Ríos. Feito isto, os dois exércitos ingressariam no Rio Grande, tomando a direção de Porto Alegre.

Esse plano exigia a entrada e a saída de tropas paraguaias no Rio Grande, afastando-se e aproximando-se de Porto Alegre. Ele não parece ser o projetado pelo comando paraguaio. Juan C. Centurión propôs que as ordens expressas recebidas por Estigarribia eram de acampar em Itaqui e não atravessar o rio Ibicuy. Apenas ao fazê-lo, Solano López ordenara a Estigarribia que conquistasse a vila de Uruguaiana e seguisse, sem detença, para a vila de Alegrete, no caminho de Porto Alegre.

Em Alegrete, Estigarribia esperaria o Mariscal que, à cabeça do *exército principal*, ingressaria no Rio Grande do Sul, após destruir as tropas aliancistas em Entre Ríos/Corrientes. Se não fosse prevista esta convergência, não haveria razão para a conquista de Alegrete, distante das fronteiras uruguiaia e argentina. Há indícios de que

Solano López previa obter, em algum ponto próximo de Porto Alegre uma vitória de tal contundência que obrigasse o Império a negociar a paz.⁴⁹

Silverio Aveiro inicio a trabalhar muito jovem como secretário de Carlos Antonio López, atividade que prosseguiu ao lado de Francisco Solano López, que acompanhou até Cerro Corá, então no posto de coronel. Em 1880, escreveu suas recordações sobre o conflito. Pelo que falara o *mariscal* e por suas deduções, acreditava que o exército de Robles e a “coluna de Estigarribia” deviam “incorporarse sobre la margen del Uruguay”.⁵⁰

Analisando o plano de guerra paraguaio, o major Gonzáles propôs que seriam dois os objetivos do Mariscal: “a) apoderarse de Rio Grande do Sul, com vista de asegurarse los médios de proseguir la guerra y definirla, y b) destruir el núcleo de fuerzas que el adversário en esos momentos está concentrando en Concordia.”⁵¹ Destaque-se que se tratavam dos objetivos da prevista guerra contra a Argentina mitrista, acrescidos do confronto não previsto com o Império.

Para o major Gonzáles, era o exército Estigarribia/Duarte que cumpriria a missão principal, e não o exército comandado inicialmente por Robles. Proposta que contradita com a maior importância numérica e mais elevado grau dos oficiais comandantes da Divisão Sul, em relação à coluna que assaltou o Rio Grande do Sul. Segundo ele, após a vitória no Rio Grande do Sul, se obteria “el vuelco de la situación política en el Uruguai”.⁵²

Fragilidades do Plano de Guerra Paraguaio

Houve enorme superestimação das próprias forças por parte do comando político-militar paraguaio, ao se despreocupar olímpicamente com o sucesso dos combates no Uruguai e iniciar o conflito por conquista territorial no norte do país, permitindo o rearmamento *moral* e *material* do Império. Também houve superestimação das possíveis alianças, ao prosseguir na decisão de declaração de guerra à Argentina, após Urquiza negar apoio a Solano López, o que retirou ao Paraguai o concurso da temida cavalaria entrerriana e as necessárias bases territoriais *aliadas* para atacar o Império.

⁴⁹ CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit.p.123.

⁵⁰ AVEIRO, Silvestre. *Memorias militares*. Asunción: El Lector, 1998. P. 33.

⁵¹ CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit. p. 124.

⁵² Loc.cit.

A patente dissimetria de forças entre o Paraguai e o Império aumentou com a defecção do general Urquiza e com o ingresso na guerra da Argentina mitrista e do Uruguai florista que, além de algumas tropas, forneceram ao Império a base territorial para operação em direção de Asunción. A nova realidade determinou a opção de dividir as tropas paraguaias em duas divisões, abrindo duas frentes. Não era possível invadir o Rio Grande, deixando o flanco ocidental sob o controle de tropas inimigas. A divisão das forças paraguaias, aumentada pela fratura da coluna Estigarribia, debilitou o exército expedicionário, permitindo sua destruição parcial.

A linha de marcha das três colunas paraguaias ao longo do rio Paraná e nas duas margens do rio Uruguai registrava a importância dos mesmos como vias de comunicação e abastecimento. Sobretudo para os exércitos paraguaios que, se distanciando da retaguarda nacional, passavam a depender fortemente da conquista ao inimigo de alimentos, vestuários, combustíveis, animais de transporte, etc. Situação que colocava o domínio ou a neutralização do rio Paraná como condição imprescindível à ofensiva paraguaia. O que era inimaginável devido à superioridade da marinha imperial.

A retomada temporária de Corrientes, em 25 de maio de 1865, registrou a facilidade de contra-ataque de tropas aliancistas transportadas pelos navios da marinha imperial. Aquele sucesso ensejou o destrambelhado assalto paraguaio à esquadra imperial, em Riachuelo, em 11 de junho de 1865. Ele pôs definitivamente fim ao arremedo de marinha de guerra paraguaia que, após a derrota, pouco influenciou no curso da guerra, cedendo ao Império a hegemonia fluvial.⁵³

Necessária Retirada

Após Riachuelo, ficavam claras a imprevidência do plano de guerra paraguaio e a necessidade urgente de recolhimento das duas colunas expedicionárias, o que, se tivesse sido feito, teria poupado o massacre de Pasos de los Libres e a rendição, sem luta, das tropas paraguaias entrincheiradas em Uruguaiana, com a perda total daquela força e de grande parte do núcleo central do exército profissional paraguaio.

Com a derrota de Riachuelo, em 11 de junho de 1865, Francisco Solano López ordenou a substituição de Robbles, responsabilizado por parte do fracasso da expedição geral, e, em 2 de setembro, o retorno do exército principal a Corrientes e, a seguir, ao

⁵³ OURO PRETO. *A marinha d'outrora*. OURO PRETO [Visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora: subsídios para a história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981; FRAGOSO, A. T. *História da Guerra [...]*. vol. 2 pp. 82 *et seq*; CENTURION, J. C. *Memórias [...]*. Pp. 112 *et seq*.

Paraguai, dizimado pelas enfermidades, pelo frio, etc., sem ter jamais realmente combatido. A retirada daquela colona levou Estigarribia, que se embretara em Uruguaiana, em 5 de agosto, a se render, em 18 de setembro, ao compreender que jamais chegariam os reforços pedidos. Encerrava-se, com retumbante fracasso, a expedição ofensiva paraguaia ao Prata.

Apresenta-se como importante *handicap* negativo da operação expedicionária a decisão de Francisco Solano López de comandá-la à distância, primeiro desde Asunción e, desde 9 de junho de 1865, a partir da fortaleza de Humaitá.⁵⁴ As minuciosas instruções emanadas do comando geral em Asunción e a seguir em Humaitá desconheciam inevitavelmente a flutuação tática dos sucessos no campo de batalha, diminuindo a eficácia aos exércitos paraguaios.

Segundo o coronel Silvestre Aveiro, a “larga distancia en que se encontraba la dirección de la guerra, siempre contrariaba a Robles, pues hacía movimientos exigidos por las fuerzas enemigas, y después recibía ordenes contradictorias.”⁵⁵ O possível desconhecimento dos objetivos estratégicos pelos chefes divisionários máximos dificultava ainda mais a adaptação no terreno das instruções extemporâneas recebidas do Paraguai.

Durante a guerra, a decisão de Solano López de manter-se no Paraguai foi explicada devido à ausência de valentia pessoal, sobretudo pelos oficiais imperiais, que compartilhavam ainda a visão da destemerdade pessoal como essencial qualidade militar. No campo de batalha, o engenheiro militar Benjamin Constant criticou em sua correspondência familiar a ordem dada aos oficiais de não portarem em combate suas divisas, para não se transformarem em alvos privilegiados. Caçoava igualmente de oficial que se abaixava e se protegia quando de ataque da artilharia inimiga!⁵⁶

Mesmo sendo a inabilidade militar tático-estratégica do Mariscal um quase consenso, firmeza de decisão e coragem eram características pessoais que jamais faltaram-lhe. Certamente foram outras e mais complexas as razões daquela decisão, explicada também comumente como devido à pressão exercida pelo bispo Manuel Antônio Palacios, pelo general Barrios e pela madame Lynch.⁵⁷ A estrutura do poder no Prata determinava que a direção da guerra coubesse ao presidente. Entretanto, para

⁵⁴ CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit. p. 110.

⁵⁵ AVEIRO, Silvestre. *Memorias militares*. Ob.cit. P. 33.

⁵⁶ LEMOS, Renato (Org.). *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999. p. 91, 92

⁵⁷ AVEIRO, Silvestre. *Memorias militares*. Ob.cit. P. 33.

acompanhar os exércitos fora do país, Solano López deveria entregar a direção do Estado a substituto, algo problemático, sobretudo em conjuntura como a vivida, sob a incerteza da vitória das armas paraguaias. Havia oposição a ele mesmo no seio de seu círculo familiar.

Oposição à Guerra

Quando da discussão no congresso de 1864 sobre seu acompanhamento dos exércitos expedicionários, Francisco Solano López reconheceu a oposição interna à guerra no exterior: “Nuestro país há tenido siempre recelos de los males de la guerra [...]” Desde a era francista, era tradicional a oposição sobretudo da população rural às aventuras militares no Prata, como ficara claro quando da intervenção paraguaia fracassada de 1846, contra José Manuel de Rosas, com o motim de 28 de fevereiro de tropas paraguaias estacionadas em Payubré. Durante o debate no Congresso, afirmou estar “persuadido de que” se tivesse que se ausentar do Paraguai, “la población se” conservaria “tranquila”, já que tinha “confianza em su unidad, orden y patriotismo”.⁵⁸ Mas não se ausentou!

Certamente a expedição ofensiva no exterior não contaria com o consenso popular construído em torno da guerra defensiva dos territórios nacionais. Na proclamação à cidadania paraguaia, de 2 de junho de 1865, Francisco Solano López assinalava como condições que lhe “habilitaban” a deixar Asunción, “el orden público sólidamente afianzado en el país [...]”. Entretanto, não foi além de Humaitá. Portanto, a garantia da *ordem interna* era uma fixação do governo supremo. Tudo leva a crer que Solano López pretendesse assumir pessoalmente a chefia das tropas expedicionárias quando a guerra vitoriosa estivesse nos seus momentos finais.⁵⁹

Um Balanço Geral

O caráter assimétrico do confronto foi radicalizado por opções militares certamente incorretas do alto comando militar paraguaio, centralizado por Francisco Solano López. Foi enorme a superestimação das forças paraguaias, sobretudo após a defecção de Urquiza. Teve também consequências o menosprezo da contribuição oriental no embate contra o Império e a Argentina, privilegiando-se operação no Mato

⁵⁸ LÓPEZ, Francisco Solano. *Cartas y proclamas*. Ob.cit. p. 110, 112; CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López*. Ob.cit. p. 109.

⁵⁹ CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit. p. 110.

Grosso sem conseqüências táticas e estratégicas. Foi clara a incompreensão inicial da necessidade de domínio mais do que improvável dos rios Paraná e Uruguai, para o abastecimento das tropas, divididas em três colunas. A indecisão do avanço do exército principal e procrastinação do confronto com as tropas argentinas também tem sido apontada como falha grave na execução do eventual plano de guerra paraguaio. A dependência da evolução das colunas expedicionárias a um comando sediado no Paraguai, cada vez mais longe do campo de batalha, seria um outro grave percalço.

Pesou na campanha expedicionária a inexistência de um *comando maior* paraguaio, com experiência militar efetiva, já que a última batalha travada pelo Paraguai fora quando da Independência, havia meio século! A falta de oficialidade com formação militar foi substituída por Francisco Solano, igualmente sem experiência castrense. Não era mera fanfarronice a declaração de Bartolomé Mitre da derrota paraguaia em apenas três meses, se retirada da equação militar Paraguai *versus* Tríplice Aliança a resistência heróica da população de raízes sobretudo camponesa quando a guerra expansiva transformou-se em defesa desesperada do solo paraguaio e das conquistas populares obtidas e consolidadas sobretudo no período francista.

É certa a lembrança do duque de Caxias no Senado de que nada é mais fácil do que, depois de um combate, com os dados sobre ele, “criticar operações e indicar planos mais vantajosos”.⁶⁰ Mas procede também a proposta de que a arte da guerra exige a previsão das tendências profundas dos movimentos do antagonista para poder agir positivamente sobre eles. Para o historiador, explorar hipoteticamente as eventuais conseqüências de opções não materializadas, no contexto da relatividade dessas projeções, permite sugestões para uma melhor compreensão dos sucessos.

O rotundo fracasso do plano de guerra paraguaio sugere que eventualmente teria sido preferível envio por via fluvial da divisão de apoio pedida pelo governo oriental e a marcha acelerada do grosso das tropas em direção ao Uruguai, quando o governo oriental ainda resistia. Um destacamento paraguaio teria eventualmente retardado ou impedido a entrega da capital aos imperiais, mantendo-a sob controle até a chegada dos exércitos expedicionários.

Diante da necessária demora do Império para mobilizar suas forças, um exército de quarenta mil homens alcançaria o Uruguai e possivelmente venceria as tropas que se antepusessem a sua marcha. Ao menos é o que sugerem as campanhas de Corrientes e

⁶⁰ NABUCO. *Um estadista do Império* [...]. p. 192.

do Rio Grande. A retenção no Prata dos navios de transporte paraguaios pouco pesaria no confronto. A luta em apoio ao Uruguai, sem a invasão de territórios brasileiros, fortaleceria a posição paraguaia, com destaque para o Prata.

Sendo país de apenas 250 mil habitantes e politicamente dividido, o Uruguai era incapaz de mobilizar tropas numerosas. Entretanto, devido à atividade do seu porto, o comércio exterior oriental era 6,4 vezes superior ao paraguaio, constituindo rica fonte de recursos.⁶¹ O bloqueio de Montevideú pela marinha imperial ensejaria conflitos internacionais. E mesmo que, no caso de eventual destruição de exército do Brasil, o Império tivesse condições de “armar y entrenar varios” outros, como sugere corretamente Ricardo Caballero Aquino, o controle da cidade-porto e de seus recursos alavancaria resistência que propiciaria, eventualmente, *paz negociada* com o Império, por exaustão.⁶²

Em sua obra magna, *Um estadista do Império*, Joaquim Nabuco dedicou amplas e argutas páginas ao grande conflito do Prata. Sem jamais abandonar a ótica do Estado imperial, registrou a falta de razões para a intervenção do Império no Uruguai, que apontava como grande detonador daquele conflito. Ao criticar Francisco Solano López por sua “idéia fixa de chegar até o Rio Grande”, motivo da invasão do “território argentino”, avança fina ponderação, resultado da sua análise do conflito como um todo.

Nabuco propõe que, se o *mariscal* tivesse “ficado com o exercito de Cerro León e Humaitá ao abrigo de suas lagoas e suas florestas, procurando despertar os preconceitos do Rio da Prata contra as chamadas tendências absorvedoras do Brasil, a guerra do Paraguai teria sido, talvez, guardada severamente a neutralidade argentina, a ruína do Império”. Sobretudo se as tropas paraguaias tivessem optado pela defensiva ativa, como em Curupayty. Para Nabuco, a guerra de 1864 fora “um salto no escuro” dado inconscientemente pelo Império, de quem foi sempre um incondicional defensor.⁶³

Ano IV – nº. 10
Abril de 2013

⁶¹ Id.ib. p.12.

⁶² CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. p.9.

⁶³ NABUCO, J. *Um estadista do Império [...]*. Ob.cit. p. 233-5.